

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA ARAUJO

**UM ESTUDO DO MERCADO DE TRABALHO EM SEGURANÇA PRIVADA NAS
REGIÕES BRASILEIRAS, NO PERÍODO DE 2010 A 2016, A PARTIR DA
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CRIMINALIDADE**

SÃO LUÍS

2019

MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA ARAUJO

**UM ESTUDO DO MERCADO DE TRABALHO EM SEGURANÇA PRIVADA NAS
REGIÕES BRASILEIRAS, NO PERÍODO DE 2010 A 2016, A PARTIR DA
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CRIMINALIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da UFMA, para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Alan Vasconcelos Santos

SÃO LUÍS

2019

MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA ARAUJO

**UM ESTUDO DO MERCADO DE TRABALHO EM SEGURANÇA PRIVADA NAS
REGIÕES BRASILEIRAS, NO PERÍODO DE 2010 A 2016, A PARTIR DA
EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE CRIMINALIDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: ____/____/ 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alan Vasconcelos Santos

(Orientador) Universidade Federal do Maranhão

Examinador 1

Examinador 2

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Araujo, Marcos Vinícius Almeida.

Um estudo do mercado de trabalho em segurança privada nas regiões brasileiras, no período de 2010 a 2016, a partir da evolução dos indicadores de criminalidade / Marcos Vinícius Almeida Araujo. - 2019.

56 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Alan Vasconcelos Santos.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

1. Correlação. 2. Criminalidade. 3. Mercado de Trabalho. 4. Segurança Privada. 5. Violência. I. Santos, Prof. Dr. Alan Vasconcelos. II. Título.

A Deus, por ter me dado vida.

A minha família e minha esposa, por não me deixarem desistir.

Agradeço a meu orientador pela calma e grande ensinamentos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo. Por todas as vitórias e conquistas alcançadas até aqui.

Aos meus pais, Renato Fernandes da Rocha e Vania de Jesus Almeida Araújo Rocha, por todo esforço dedicado aos filhos, pelo intenso empenho para obter estudo de qualidade para seus filhos. Especialmente, pela base dada, educação, conselhos e por toda confiança colocada, o que me faz ser uma pessoa de caráter ilibado.

À minha adorável esposa, Edilenny Cardoso Araújo, a qual sempre fará parte de cada a vitória, por todo carinho e compreensão, e, principalmente, pelo apoio e incentivo os quais serviram para conclusão deste trabalho.

Aos meus familiares, em especial a minha irmã, Isabella Araújo Rocha, pelo coleguismo e fidelidade, além do amor de irmã. Às minhas tias, das quais destaco sua dedicação e empenho (um alto preço pago) no zelo pelo cuidado de nossas matriarcas, mostrando o melhor lado de um ser humano.

Às minhas avós, Luzia Fernandes Rocha e Maria Almeida Araújo, as matriarcas das famílias Fernandes Rocha e Almeida Araújo, por todos os momentos de vida consagrados à nossa família e principalmente a mim, com todos seus conselhos sábios e experiências de vida compartilhada comigo.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Alan Vasconcelos Santos, pela resignação, ajuda, empenho e afeição, ensinamentos e lições em minha vida acadêmica e na condução desta pesquisa.

Aos docentes do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, por toda perícia e aptidão na didática de ensino nesses anos estudados.

Aos meus amigos que o curso de Ciências Econômicas me presenteou, em especial, Carliuse Noletto, Luiza Caroline, Nayane Santana e Polyana Pinheiro.

Ao Apóstolo Silvío Antônio pelo apoio e plano de ação para a conclusão desta pesquisa.

“Porquanto, melhor é a sabedoria do que as mais finas joias, e de tudo o que se possa ambicionar, absolutamente nada se compara a ela!”.

Provérbios 8:11

RESUMO

O presente trabalho busca verificar se há relação entre sensação de violência percebida pelos agentes econômicos e a dinâmica do mercado de trabalho em segurança privada nas regiões brasileiras. Tal mercado tem evoluído de forma perceptível nos últimos anos, recebendo valor econômico não apenas nos mais importantes núcleos urbanos, como também em cidades de menores tamanhos. Crê-se que esse desempenho seja vinculado à ampliação da criminalidade e da percepção de insegurança sentida pelos habitantes, apesar do crescimento de investimentos no segmento de segurança pública efetivado pelas administrações. O trabalho tem como referência o período de 2010 a 2016. Para a realização desse objetivo, utiliza-se de instrumentos de estatísticas descritivas, os quais permitem descobrir os pormenores desse mercado nas regiões brasileiras. Enfim, na averiguação da correlação entre o nível de emprego desse nicho e dos indicadores de criminalidades, diga-se, os homicídios e a taxa de homicídios, foi possível verificar uma forte relação linear entre o desempenho desse mercado com os indicadores de violência. Em especial, nas regiões brasileiras verificou-se uma forte associação entre emprego formal e homicídios, e uma menor intensidade de correlação, ainda que significativa para a maioria das regiões, quando se ponderou a criminalidade pela variável taxa de homicídios.

Palavras-Chaves: Segurança privada; violência; mercado de trabalho; criminalidade; correlação.

ABSTRACT

The present study seeks to verify if there is a relation between the sensation of violence felt by the economic agents and the dynamics of the labor market in private security in the Brazilian regions. This market has evolved noticeably in recent years, receiving economic value not only in the most important urban centers, but also in cities of smaller sizes. It is believed that this performance is linked to the increase of crime and the perception of insecurity felt by the inhabitants, despite the growth of investments in the public security segment carried out by the administrations. The work is based on the period from 2010 to 2016. To achieve this objective, we use descriptive statistics instruments, which allow us to discover the details of this market in the Brazilian regions. Finally, in the investigation of the correlation between the employment level of this niche and the crime indicators, homicides and homicide rate, it was possible to verify a strong linear relationship between the performance of this market and the indicators of violence. In particular, in the Brazilian regions there was a strong association between formal employment and homicides, and a lower intensity of correlation, although significant for most of the regions, when the crime was considered by the variable homicide rate.

Keywords: Private security; violence; job market; crime; correlation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Número de empregos formais e taxa de crescimento do mercado de trabalho em segurança privada nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016)	27
Tabela 02: Número de empregos formais do mercado de trabalho em segurança privada nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016)	28
Tabela 03: Participação do número de empregos formais do mercado de trabalho em segurança privada nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016)	28
Tabela 04: Taxa de crescimento do mercado de trabalho em segurança privada nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016)	29
Tabela 05: Número absoluto e participação dos homicídios praticados nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016)	31
Tabela 06: Taxa de crescimento anual dos homicídios nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016)	32
Tabela07: Emprego em segurança privada, homicídio e taxa de homicídio (por cem mil habitantes) nas regiões brasileiras (Anos: 2010 e 2016)	34
Tabela 08: Taxa de homicídios (por cem mil habitantes) nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016)	36
Tabela 09: Taxa de crescimento das taxas de homicídios nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016)	39
Tabela 10: Correlação Emprego-Homicídio e Emprego-Taxa de Homicídio – nas regiões brasileiras (Período: 2010 – 2016)	42

Tabela 11: Correlação Homicídios-Emprego e Taxa de Homicídio-Emprego – Regiões brasileiras (Período: 2010 – 2016) 45

Tabela 12: Correlação Emprego-Homicídios – Regiões brasileiras (Período: 2010 – 2016) 47

Tabela 13: Correlação Emprego-Taxa de Homicídio – Regiões brasileiras (Período: 2010 – 2016) 48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Evolução das taxas de homicídios das Regiões Brasileiras (Período: 2010 a 2016)	38
Gráfico 02: Diagrama de dispersão: Mercado de trabalho em segurança e Homicídios nas Regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016)	43
Gráfico 03: Diagrama de dispersão: Mercado de trabalho em segurança e Taxa de Homicídios nas Regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016)	44
Gráfico 04: Diagrama de dispersão: Mercado de trabalho em segurança e Homicídios – Regiões brasileiras.....	46
Gráfico 05: Diagrama de dispersão: Mercado de trabalho em segurança e Taxa de Homicídios – Regiões brasileiras.....	46

LISTA DE SIGLAS

AF - Armas de Fogo;

BR - Brasil;

CF - Constituição Federal;

CO - Centro-Oeste;

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas;

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego;

NE - Nordeste;

NO - Norte;

PT - Português;

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais;

SE - Sudeste;

SIM - Subsistema de Informação sobre Mortalidade;

SU - Sul;

UF - Unidade Federativa.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 ASPECTOS GERAIS ACERCA DO MERCADO DE SEGURANÇA PRIVADA	19
3 METODOLOGIA	22
3.1 Fonte de dados	22
3.2 Variáveis utilizadas.....	22
3.3 Limitações	23
4 EXAME DO MERCADO DE TRABALHO DE SEGURANÇA PRIVADA POR MEIO DA CORRELAÇÃO ENTRE EMPREGO E HOMICÍDIOS NAS REGIÕES BRASILEIRAS (PERÍODO: 2010 A 2016).....	26
4.1 O mercado de segurança privada nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016	27
4.2 A violência e criminalidade nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016	29
4.2.1 Ponderação da violência pelo número de homicídios registrados.....	30
4.2.2 Ponderação da violência pela taxa de homicídios (por 100 mil habitantes) ...	34
4.3 Análise das correlações entre emprego e homicídios nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS.....	53

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, as pesquisas e estudos sobre violência e criminalidade tem se elevado. O aumento circunstancial dos crimes nesse período¹ fez surgir, com maior força, o debate sobre as questões relativas à criminalidade no Brasil e suas consequências sobre os habitantes de nossa nação². Em termos numéricos, para se ter noção, em 2016, o Brasil conseguiu o marco histórico de 62.517 homicídios. Isso significa a uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, que representa a 30 vezes a taxa da Europa. Somente nos dez anos anteriores, cerca de 553 mil pessoas tiveram suas vidas perdidas em função da violência³.

De outro ponto de vista, quando se observa a dimensão da violência no país contra a população jovem, nota-se que uma situação se acentuou nos últimos anos: os homicídios relatam 56,5% da causa de óbito de homens entre 15 a 19 anos. Na medida em que analisados os jovens entre 15 e 29 anos, verificamos em 2016 uma taxa de homicídio por 100 mil habitantes de 142,7, ou uma taxa de 280,6, se analisarmos exclusivamente a subpopulação de homens jovens.

Não é possível negar que tais resultados trazem consequências sobre a economia, traduzindo-se na diminuição da mão-de-obra⁴ (especialmente a jovem) e no aumento dos gastos públicos com segurança, justiça, saúde, pensões, etc.

De acordo com Santos e Kassouf (2008), a criminalidade muda radicalmente o dia-a-dia dos indivíduos no momento em que infligi duras restrições de ordem econômica e social, também causando uma coletiva impressão de medo e insegurança. Eles evidenciam os altos preços que o crime gera para a sociedade, os quais não se sintetizam somente nas perdas materiais (crimes contra o patrimônio/propriedade) e nos gastos públicos e privados na precaução e combate à criminalidade, como também nos pertinentes à diminuição da mão-de-obra, a redução

¹ Sejam os crimes infligidos contra a pessoa ou contra o patrimônio.

² Levantamento feito no Atlas da Violência 2018 mostra que entre 1980 e 2016 cerca de 910 mil pessoas foram mortas por perfuração de armas de fogo no país.

³ Dados adquiridos a partir do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

⁴ Segundo estimativas de Carvalho et. al. (2007 apud SANTOS, 2012), os homicídios brasileiros reduziram em mais de nove bilhões de reais o estoque de capital humano disponível no Brasil em 2001, mensurado monetariamente.

da condição de vida e do mercado de turismo, o prejuízo de atratividade de novos investimentos e a saída forçada dos já existentes.

Tradicionalmente, a Teoria econômica investiga as causas para o comportamento da criminalidade, por parte do agente social, em que este agente, de maneira racional, compara custo e benefício dos atos ilegais. Tomando esses benefícios melhores que os custos, o agente estaria mais propenso a cometer o ato infracional. Este pensamento foi estudado e difundido primeiramente por Gary Becker, economista e ganhador do Prêmio Nobel de Economia, em seu artigo publicado em 1968 com o título "*Crime and Punishment: an economic approach*". Logo em seguida vários estudos foram criados no intuito de tentar melhorá-lo, onde muitas novas variáveis explicativas foram inseridas com a intenção de aprofundar a percepção sobre a desenvolvimento e motivos da criminalidade.

Nota-se, dessa maneira, que a evolução da criminalidade e da percepção de insegurança fornecem os elementos para o surgimento e ampliação de um novo nicho de negócios e também para a geração de novos empregos voltados à área de segurança privada.

Nesse aspecto, o segmento da Segurança Privada, no panorama internacional, teve seu impulsionamento verificado a partir da segunda metade do século XX, onde foi incitado por transformações importantes nas dinâmicas dessas sociedades, em específico nos grandes centros urbanos (Zanetic, 2010). Já no Brasil, foi regulamentado pelo Decreto Federal nº 1.034, de 21 de outubro de 1969, onde registrou sua origem oficial. Bem como frisa Zanetic (2012), visivelmente, no panorama nacional como no internacional, o desenvolvimento da segurança privada parece ter surgido vinculado à situação do aumento do crime, da violência e da percepção de insegurança, entretanto, que além disso é caracterizado por diferentes fatos de relevância, como o surgimento dos ambientes semipúblicos (shopping-centers, cinemas, universidades, escolas, hospitais, restaurantes, bares, museus, parques, estádios de futebol, espaço para shows e para eventos culturais diversos), de domicílios empresariais, de condomínios e de edifícios de estabelecimentos públicos, que compõem, ao mesmo tempo, da mudança do cenário urbano nesse tempo.

Embora essa ampliação, que se elevou após a década de 90, existem poucos estudos atrelados ao entendimento dessa área de atividade econômica. Somente nas duas últimas décadas, exclusivamente em alguns países, como Inglaterra, França,

Austrália, Estados Unidos e Canadá, é que começaram a surgir pesquisas e boletins de estudos sobre o segmento.

Nesse sentido, esta pesquisa tenta trazer a dinâmica do mercado de segurança privada nas regiões brasileiras dentre os anos de 2010 a 2016. Nesse contexto, este trabalho teve como objetivo geral descrever a relação do mercado de trabalho formal em segurança privada e sua associação com a criminalidade. De outra forma, pretende-se achar resposta positiva à seguinte pergunta: analisando a dinâmica desse mercado nos últimos anos e considerando também as regiões brasileiras, há correlação significativa entre criminalidade e número de empregados que trabalham no setor de segurança particular?

Logo, primeiramente busca-se examinar as características desse segmento, por meio da revisão de literatura sobre mercado. Em seguida, pretende-se apurar a significância estatística da correlação entre a violência/criminalidade⁵ e a quantidade de trabalhadores vinculados formalmente nessas atividades⁶. Ou seja, a performance do nicho da segurança privada, dado um aumento do número de vagas de trabalho na ocasião considerada, tem afinidade com a ampliação da criminalidade examinada no período em questão?

A importância em se estudar o mercado de segurança privada originou-se, especialmente, em função do seu grande desenvolvimento apurado nos últimos anos, tal que auferiu valor econômico em consequência do acréscimo no número de empregos formais e nos investimentos empregados pelas empresas que trabalham nesse ramo de negócio. Cabe salientar também, que se crê na hipótese de que tal desempenho esteja positivamente conexo com a progresso da criminalidade e da consequente percepção de insegurança sentida pelos agentes sociais.

Além dessa introdução, esta pesquisa apresenta outras quatro partes. A segunda dá uma breve revisão sobre o mercado de segurança privado, onde são demonstrados determinados esclarecimentos e peculiaridades adicionais sobre o setor. Busca-se na terceira etapa apurar, e minuciar a metodologia utilizada. Especificamente, são ilustradas as variáveis empregadas, com suas referentes fontes, bem como traz também uma questão bastante comum de pesquisa: o problema da

⁵ Quantificada aqui por meio da taxa de homicídio registrada nas regiões brasileiras.

⁶ Para a nossa pesquisa, considera-se Segurança Privada as atividades cadastradas com os códigos CNAE: 80.11-1 (atividades de vigilância e segurança privada) e 80.20-0 (atividades de monitoramento de sistemas de segurança).

subnotificação. Na penúltima parte da pesquisa é evidenciada e estudada a correlação entre o mercado de trabalho de segurança privada e a criminalidade (homicídios e taxa de homicídios), com maior foco voltado às regiões brasileiras. Nessa ocasião, ao mesmo tempo se realiza um exame mais detalhado sobre o desenvolvimento do emprego formal em segurança privada e da violência nas regiões brasileiras. Por fim, as Considerações finais apresentam as principais conclusões e resultados adquiridos na pesquisa.

2 ASPECTOS GERAIS ACERCA DO MERCADO DE SEGURANÇA PRIVADA

Conforme o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, caput⁷, que inicia no texto fundamental o título dos Direitos e Garantias Fundamentais, o direito à segurança está incluso nos direitos fundamentais, necessitando, assim, tal como o direito à vida e à liberdade, de cuidado específico do Estado e da sociedade para que exista a sua efetividade.

A segurança pública, segundo a CF, está entre os direitos fundamentais de segunda dimensão, sendo, assim, obrigação do Estado, por meio de políticas públicas, a sua proteção e efetividade. Os direitos básicos de segunda dimensão são aqueles representados por uma obrigação de fazer, prestação positiva devida pelo Estado, que através de comportamentos positivos e políticas públicas, garante a efetividade de tais direitos (individuais de cunho social, econômico e cultural).

Juntamente com o artigo 5 da CF, o artigo 144 da Constituição Federal traz em seu bojo a responsabilidade do Estado com a segurança dos seus cidadãos e do patrimônio público. No entanto, os embates dos órgãos que deveriam zelar pela segurança das pessoas se resumem a debater sobre o aumento das taxas de homicídios, o aumento da sensação de insegurança, a degradação do espaço público, a violência policial, a ineficiência preventiva de nossas instituições, a superpopulação nos presídios, rebeliões, fugas, corrupção.

Este capítulo tem por objetivo analisar a visão teórica sobre o mercado de segurança privada. Nesse sentido, percebe-se que no Brasil, o setor de segurança privada está em processo de expansão, exibindo sucessivos aumentos na demanda por empregados, apresentando grande dimensão e vem servido como aliado do Estado no combate à criminalidade.

Zanetic (2010) enumera três aspectos centrais que podem ter alavancado o mercado brasileiro de segurança:

- a) Crescimento da violência e da criminalidade (sobretudo a especialização do crime);
- b) A percepção da violência e o aumento da insegurança;

⁷ Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...].

- c) As mudanças na utilização do espaço urbano e circulação da população nas grandes cidades, em especial a proliferação de espaços semi-públicos.

Aparentemente, tanto no cenário nacional quanto internacional, o crescimento da segurança privada parece ter emergido entrelaçado ao mesmo contexto em que se dá o crescimento do crime, da violência e da sensação de insegurança, mas que também é marcado por outros processos importantes, como a proliferação dos chamados “espaços semi-públicos” (...), de edifícios empresariais, de condomínios e de edifícios de instituições públicas, e que fazem parte, também, de um contexto de transformação da paisagem urbana no período. (ZANETIC, 2012 p. 472).

Para Bayley (2001) fenômenos como o aumento da riqueza, a industrialização e a urbanização contribuíram para sobrecarregar o sistema público de polícia, o que ampliou o papel do policiamento privado no preenchimento das lacunas deixadas por atividades não exercidas pela segurança pública. Outro fator, que justifica a ampliação dos serviços de segurança privada, advém do próprio crescimento das taxas de criminalidade.

O número de homicídios, um dos elementos notados como decisivo para a ampliação deste setor, de fato está crescendo nas últimas décadas. O seu desenvolvimento é incontestável e é possível ver sua elevação nos numerosos mapas da violência e documentos oficiais do governo.

Segundo o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2016 houve 62.517 homicídios no Brasil. Isso implica dizer que, pela primeira vez na história, o país superou o patamar de trinta mortes por 100 mil habitantes (taxa igual a 30,3). Esse número de casos consolida uma mudança de patamar nesse indicador (na ordem de 60 mil a 65 mil casos por ano) e se distancia das 50 mil a 58 mil mortes, ocorridas entre 2008 e 2013 (..).

Além de outras consequências, essa tragédia traz implicações na saúde, na dinâmica demográfica e, por conseguinte, no processo de desenvolvimento econômico e social. Um dado emblemático que caracteriza bem a questão é a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina (15 a 29 anos), que, em 2016, correspondeu a 50,3% do total de óbitos. Se considerarmos apenas os homens entre 15 e 19 anos, esse indicador atinge a incrível marca dos 56,5% (...).
(WAISELFISZ, 2018, p.20-21)

De acordo com Gomes e Lemos (2011), a população, oprimida, busca formas de proteção que superem os patamares da escassa e fraca segurança pública. Há que se dizer, que o conceito de segurança, no momento em que vivemos, não passa mesmo de um ideal. Melhor talvez seria se falar em formas de defesa para se chegar a segurança. Pois o que realmente é atingível pela população são formas, melhores ou piores, de defesa contra a patente insegurança.

O certo é que a segurança privada cresce tanto no que diz respeito ao enfrentamento da maior criminalidade⁸, quanto no que se refere à ampliação do leque das suas atividades, vindo muitas vezes a substituir a segurança pública. É o caso da crescente aplicação de tais serviços junto a órgãos públicos, que constituem, no entanto, espaços privados, como é o caso de estações de trem e metrô, museus, hospitais, parques e praças, e mais recentemente até para a guarda e fiscalização de presídios; tudo com ampla propaganda de resultados positivos (MANDARINI, 2005).

Assim, pelo que foi exposto, verifica-se que o mercado de segurança privada se desenvolve na mesma proporção dos homicídios, o que indica a existência de uma afinidade entre a ampliação dessas atividades e a violência, especialmente a verificada nos grandes centros urbanos.

Além dos aspectos mencionados, colaboraram para a propagação e desenvolvimento da segurança privada o estímulo econômico atribuído a estas atividades, sua legalização e regulação, aparecimento de atividades de seguro e o próprio estímulo do governo à participação deste mercado no exercício de funções de segurança exclusivas e no complemento às funções estatais de proteção.

⁸ O Brasil atualmente já possui contingente maior de segurança privada (considerando-se apenas o universo devidamente regularizado) do que de policiais (Zanetic, 2010).

3 METODOLOGIA

3.1 Fonte de dados

Como visto na fase de introdução deste trabalho, o objetivo deste capítulo é apontar, por intermédio de um exame descritivo, a metodologia utilizada, explicando as variáveis utilizadas e suas limitações, para os empregados formais que trabalharam no campo de segurança privada em todas as regiões brasileiras, ou seja, 5 regiões foram observadas, nos anos de 2010 a 2016⁹.

Para atingir essa finalidade, a pesquisa combina diversas bases de dados governamentais, as quais dispõem de elementos socioeconômicos dos trabalhadores do mercado de trabalho formal e informações de homicídios ocorridos nas regiões do Brasil no período analisado.

3.2 Variáveis utilizadas

As variáveis utilizadas consistem em:

- a) No número de empregos com vínculos formais ativos registrados no setor de Segurança Privada entre os anos de 2010 a 2016¹⁰;
- b) No número de homicídios obtidos a partir dos registrados no Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde;
- c) Na população estimada no período de 2010 a 2016 procedente dos microdados do site do IBGE.

A base de dados utilizada para extração de informações do mercado de trabalho em segurança privada foi obtida a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)¹¹ disponível via web no *site* do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

⁹ Em seguida, se examinará se há a existência de correlação entre criminalidade e número de empregados nos serviços particulares de segurança nas regiões brasileiras no período compreendido entre 2010 a 2016.

¹⁰ Aquelas classificadas pelas divisões CNAE 2.0 como atividades de vigilância e segurança privada (código 8011-1) e atividades de monitoramento de sistemas de segurança (código 8020-0).

¹¹ “A RAIS é um registro administrativo que deve ser obrigatoriamente preenchido e encaminhado ao MTE por todo estabelecimento em território brasileiro, formalmente constituído, a qual tem, portanto, como unidade básica de obtenção de dados, o estabelecimento” (CORSEUIL; SERVO, 2006).

Foram admitidas, para efeito de Segurança Privada¹², as atividades de vigilância e segurança privada, bem como as atividades de monitoramento de sistemas de segurança, ambas especificadas com os códigos 8011-1 e 8020-0 respectivamente, na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0¹³. Foram considerados todos os vínculos registrados nas regiões do Brasil nos códigos citados durante os anos observados.

Portanto, serão retirados, a partir dessa base de dados, determinados indicadores socioeconômicos dos trabalhadores com vínculos formais ativos registrados no segmento da Segurança Privada nos anos de 2010 e 2016.

Na segunda parte¹⁴ da pesquisa também se utilizará de estatísticas descritivas para o exame da significância das correlações entre homicídio e emprego formal em segurança particular nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016¹⁵. Nesse evento, além do emprego formal, mais duas variáveis serão imperiosas para o alcance das correlações: i) taxa de homicídios; ii) população estimada¹⁶.

3.3 Limitações

É importante observar alguns aspectos relativos à carência e fragilidade de informações que serão utilizadas no trabalho, em especial às relacionadas aos homicídios. Estudos nessa área identificam problemas de escolher uma variável que possa explicar de maneira confiável os homicídios, pois estes englobam diferentes delitos que, em muitas ocasiões, os registros são incapazes de quantificar.

Por se tratar de estatísticas derivadas de registros policiais, os dados oficiais revelam apenas a parte da criminalidade que é efetivamente comunicada às autoridades competentes, com o devido registro. Ou seja, subestimam o verdadeiro nível de

¹² A despeito de se ter captado também os registros para: 25.50-1 (fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições); 80.11-1 (atividades de vigilância e segurança privada); 80.12-9 (atividades de transporte de valores); 80.20-0 (atividades de monitoramento de sistemas de segurança); 80.30-7 (atividades de investigação particular); 84.22-1 (defesa); 84.24-8 (segurança e ordem pública); e o total de trabalhadores formais das unidades federativas.

¹³ A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), versão 2.0, foi oficializada pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em setembro de 2006 e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2007.

¹⁴ Será tratado do exame da correlação no quarto capítulo.

¹⁵ Testes de hipóteses também serão realizados para constatar se a correlação calculada é estatisticamente significativa.

¹⁶ Sendo as duas registradas para as regiões brasileiras (período de 2010 a 2016).

ocorrências criminais. O sub-registro de crimes ocorre com maior ou menor intensidade dependendo das características da localidade, sendo, em geral, maior nos casos de crimes de roubo, furto, extorsão, agressão física, extorsão mediante *sequestro e estupro*. (SANTOS; KASSOUF, 2012, p. 310-311).

A sub-notificação de crimes é heterogênea entre os diferentes delitos e pode, inclusive, variar ao longo do tempo, pois “aumenta ou diminui a depender da percepção da população quanto à qualidade e confiabilidade da polícia, que é uma variável não observada. Neste caso, o problema da subnotificação levaria a estimativas enviesadas e inconsistentes” (CERQUEIRA; MELLO, 2012, p. 14). Em função destas razões e da variação do sub-registro, se faz necessário optar por outra forma de delito onde existe pouca sub-notificação e informações mais precisas, rejeitando-se assaltos, roubos, crimes dolosos e etc.

As carências das informações originárias do registro dos crimes não são os únicos limitadores da pesquisa. Mais uma limitação da pesquisa está atrelada aos microdados da RAIS, porque nestes, apenas funcionários com vínculos corretamente registrados e declarados são medidos. Segundo observou Zanetic (2012), são excluídos o mercado de trabalho informal, empreendimentos denominados clandestinos - sem registro formal para trabalhar ou que compõem parte de distinto grupo de atividade econômica, mas que oferecem empregos de segurança privada – e policiais que desempenham postos de segurança junto ao mercado de segurança privada em seus tempos livres (o denominado bico policial)¹⁷.

Logo, em função dos atributos dos dados empregados, este trabalho está sujeito a vários percalços pertinentes ao método e à seleção das variáveis¹⁸. Embora essas advertências, esta pesquisa possui o intuito de *startar* um debate imperioso, e não exaustivamente discutido, ao procurar quantificar a sensibilidade do mercado de trabalho em segurança privada com relação à violência presenciada nas regiões brasileiras.

¹⁷ Mais uma ressalva relacionada é a de que nesta pesquisa são analisados todos os empregados registrados durante o ano, o que consiste em desconsiderar a rotação do mercado.

¹⁸ Além do que, é importante adicionar que os registros de óbitos ainda são sujeitos à críticas atreladas aos seus limites na ordem quantitativa (sub-registro) e qualitativa (erros na classificação do óbito).

Assim, as variáveis selecionadas para representar e mensurar os homicídios no decorrer do trabalho, foram a quantidade de homicídios e a taxa de homicídios. Os crimes letais precisam ser legitimamente registrados e, assim sendo, entende-se que sua subnotificação é de valor irrisório. Conforme Waiselfisz (2013), pela legislação vigente no Brasil (Lei nº. 015, de 31/12/73, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 6.216, de 30/06/75), nenhum sepultamento pode ser feito sem a certidão de registro de óbito correspondente. Esse registro deve ser feito à vista de Declaração de Óbito, emitida por médico ou, na falta de médico na localidade, por duas pessoas qualificadas que tenham presenciado ou constatado a morte. A Declaração normalmente fornece dados de idade, sexo, estado civil, profissão, naturalidade e local de residência. Determina igualmente que o registro do óbito seja sempre feito “no lugar do falecimento”, isto é, onde ocorreu a morte.

Ante o exposto, não só o número de homicídios registrados será apreciado. Com o conjunto de dados disponíveis, é admissível obter a taxa de homicídios (por cem mil habitantes) de cada região brasileira, através das estimativas anuais da população residente divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

4 EXAME DO MERCADO DE TRABALHO DE SEGURANÇA PRIVADA POR MEIO DA CORRELAÇÃO ENTRE EMPREGO E HOMICÍDIOS NAS REGIÕES BRASILEIRAS (PERÍODO: 2010 A 2016)

Vistos os aspectos gerais do mercado de segurança privada, as fontes de dados, características das variáveis e suas limitações, partiremos agora para o evidenciamento da importância e significância da estatística de correlação entre a homicídios e a segurança privada. E, diga-se de passagem, é o principal foco deste capítulo.

No tocante à homicídios, com o intuito de verificar a violência nas regiões brasileiras, e levando-se em conta os objetivos desta pesquisa, duas avaliações complementares serão feitas. Primeiramente, utilizar-se-á como indicador para a violência, o número absoluto de homicídios registrados em cada região. Por isso, os crimes registrados não são relativizados pelo tamanho da população de suas respectivas regiões. Em um segundo momento, a fim de medir e comparar o progresso da violência nas regiões brasileiras, se utilizará a taxa de homicídios (por cem mil habitantes), que considera o tamanho da população. Nesse momento, ao menos teoricamente, espera-se que os resultados obtidos se aproximem ao máximo do cenário econômico que será analisado.

Antes, mostraremos primeiramente algumas considerações sobre o comportamento das variáveis de segurança privada e violência (emprego formal e homicídios), pois faz-se necessário para se apresentar a correlação em mercado de trabalho em segurança privada e homicídios. Isso porque é importante lembrar que a intenção da pesquisa é testar a hipótese segundo a qual a performance observada na área de segurança privada nas regiões brasileiras, ou seja, aumento nas contratações existentes nesse segmento, está possivelmente associado ao aumento da criminalidade.

4.1 O mercado de segurança privada nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016

A variável utilizada para mensurar o dinamismo do mercado de segurança privada foi o número de empregos formais, a qual, conforme observado, possuiu momentos de aumento e declínio ao longo do período analisado.

A tabela abaixo fornece uma ideia melhor sobre o desempenho do mercado de segurança privada nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 e 2016.

Tabela 01: Número de empregos formais e taxa de crescimento do mercado de trabalho em segurança privada nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016).

Ano	Segurança Privada	Cresc. Segurança Privada (%)	Todas as áreas	Cresc. Todas as áreas (%)	Part. Segurança Privada (%)
2010	847.084	-	72.563.042	-	1,17
2011	779.523	-7,98	69.364.180	-4,41	1,12
2012	854.075	9,56	71.642.947	3,29	1,19
2013	874.259	2,36	75.400.510	5,24	1,16
2014	884.710	1,20	76.107.279	0,94	1,16
2015	827.923	-6,42	72.175.102	-5,17	1,15
2016	767.358	-7,32	67.144.598	-6,97	1,14

Fonte: Elaboração própria a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Ao observarmos a taxa de crescimento do mercado de segurança privada, constata-se que esta foi negativamente superior aos demais setores nos anos de 2011, 2015 e 2016 e foi positiva nos anos 2012, 2013 e 2014, dando destaque ao ano de 2012 que obteve uma performance acima dos demais setores econômicos. Além disso, ao verificarmos a última coluna, nota-se que, no decorrer dos anos, o mercado de segurança privada tem, em média, o mesmo tamanho de participação em relação a todas as áreas da economia¹⁹.

As tabelas seguintes mostram a evolução do mercado de segurança privada por região do Brasil. Tais informações são úteis pois completam a análise da performance deste nicho em cada região brasileira. Nesse contexto, enquanto a Tabela 02 mostra informações relativas ao emprego formal, a Tabela 03 evidencia a participação do emprego nas regiões brasileiras por ano. Em último, a maneira como

¹⁹ A fatia de participação do mercado em segurança particular entre os anos de 2010 ao fim de 2016, foi de 1,15% em média.

se comportou o emprego nessas regiões pode ser analisada através da Tabela 04 que mostra a taxa de crescimento anual deste ramo.

Tabela 02: Número de empregos formais do mercado de trabalho em segurança privada nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016).

UF	ANO						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NO	54.341	52.579	55.082	52.650	52.874	52.259	43.116
NE	134.499	144.240	160.265	154.387	159.940	153.408	146.146
CO	55.004	63.974	65.618	68.671	74.689	73.610	68.014
SE	486.545	387.803	429.636	454.392	446.343	412.316	382.169
SU	116.695	130.927	143.474	144.159	150.864	136.330	127.913
TOTAL	847.084	779.523	854.075	874.259	884.710	827.923	767.358

Fonte: Elaboração própria a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Tabela 03: Participação do número de empregos formais do mercado de trabalho em segurança privada nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016) *.

UF	ANO						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NO	6,42	6,75	6,45	6,02	5,98	6,31	5,62
NE	15,88	18,50	18,76	17,66	18,08	18,53	19,05
CO	6,49	8,21	7,68	7,85	8,44	8,89	8,86
SE	57,44	49,75	50,30	51,97	50,45	49,80	49,80
SU	13,78	16,80	16,80	16,49	17,05	16,47	16,67
TOTAL	100						

Fonte: Elaboração própria a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

*Valores em percentual (%).

A Tabela 03 nos mostra que as regiões brasileiras onde haviam mais trabalhadores em segurança privada foram Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil. No decorrer do tempo, mais de 85% dos trabalhadores estavam trabalhando nessas regiões brasileiras²⁰. Dessas três regiões, a Sudeste foi em que incidiu a maior quantidade de contratos, tendo destaque, pois manteve sua participação na média dos 50% no decorrer do tempo.

Por outro lado, Norte e Centro-Oeste, foram os que menos contrataram. Inclusas, as participações das pessoas vinculadas com segurança privada nessas duas regiões não obtiveram 15%.

²⁰ No ano de 2016, cerca de 85,52% dos trabalhadores em segurança privada residiam nessas três regiões.

Pela visão do crescimento do emprego, Centro-Oeste e Sul foram as regiões brasileiras que mais se destacaram. A Tabela 04, abaixo, mostra a taxa de crescimento do emprego formal na área de segurança privada para cada ano.

Tabela 04: Taxa de crescimento do mercado de trabalho em segurança privada nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016).

UF	ANO						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NO	-	-3,24	4,76	-4,42	0,43	-1,16	-17,50
NE	-	7,24	11,11	-3,67	3,60	-4,08	-4,73
CO	-	16,31	2,57	4,65	8,76	-1,44	-7,60
SE	-	-20,29	10,79	5,76	-1,77	-7,62	-7,31
SU	-	12,20	9,58	0,48	4,65	-9,63	-6,17
TOTAL	-	-7,98	9,56	2,36	1,20	-6,42	-7,32

Fonte: Elaboração própria a partir das informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Vale evidenciar que a diferença deste exame para aquele realizado na seção anterior é que neste existe a probabilidade de se constatar o aumento ou diminuição do emprego ocorridos nas regiões ano após ano. Isto é, na Tabela 04 constam elementos pertinentes ao quantitativo de emprego em todas as regiões nos sete anos analisados. Feita essa análise, entende-se que as regiões que menos cresceram foram a Norte e Sudeste. De 2010 a 2011, por exemplo, o Sudeste teve queda de 20,29% e de 2015 a 2016, o Norte apresentou uma queda de 17,50%.

Deste modo, as Tabelas 02, 03 e 04 sintetizaram a maneira que se comportou o mercado brasileiro de segurança privada entre os anos de 2010 a 2016.

4.2 A violência e criminalidade nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016

Como a finalidade de avaliar a violência e a percepção de insegurança entendida pelos agentes econômicos nas regiões, serão estudados os identificadores mais utilizados para este fim: os casos de homicídios e as taxas de homicídios (por cem mil habitantes). Segundo evidenciado na metodologia, o homicídio é a variante mais empregada nas pesquisas que abordam o assunto criminalidade por oferecer maior credibilidade em virtude da menor subnotificação.

Destaca-se que, há um clima dominado pela violência e insegurança apurado nas grandes metrópoles, que, por trás dos dados, refletem a ampliação de ações

criminosas. Os ambientes econômico e social têm sobre si repercussões muito intensas da violência, uma vez que implica na perda de mão de obra, sobretudo a dos mais jovens, e aos estimáveis dispêndios pertinentes à justiça, saúde, segurança pública, pensões, etc. Está relacionado, especialmente, de um grave infortúnio social, possuindo a imperativo de intensa interferência pública, através da criação de políticas mais eficientes voltadas ao combate da criminalidade.

Ainda que seja carga do domínio público garantir uma atmosfera de segurança para os agentes econômicos, sob a ótica social e econômico, estes, ante a insuficiência do Estado em fornecer corretamente a segurança pública, se adiantam e decidem por si mesmos exercitar atos tornados à proteção de sua liberdade, de seu patrimônio e, algumas vezes, de sua vida.

Isso é o que se deseja dar importância nessa pesquisa. Desta forma, os dados que irão ser expostos, ainda que restritos aos delitos de homicídios, o que importa uma curta parte do conjunto de todos os tipos de crimes, revelam a ampla percepção de insegurança sentida pelos agentes sociais, sendo estes compelidos a se defender, apesar de a segurança pública ser uma obrigação do Estado, segundo diz a Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 144.

Nesse contexto, os dados que evidenciam a conjuntura da criminalidade nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016 serão agora reveladas. Depois da exposição e discussão desses números, se estudará o tamanho da amplitude e o valor estatístico das correlações medidas a partir dos dados disponibilizados pelos Ministérios do Trabalho e da Saúde.

4.2.1 Ponderação da violência pelo número de homicídios registrados

Com a ajuda das Tabelas 05 e 06, é possível ter um a primeira noção sobre a dimensão das ações criminosas anotadas oficialmente (homicídios) nas regiões brasileiras. A Tabela 05 especifica o número de crimes registrados em cada região entre os anos de 2010 a 2016.

Tabela 05: Número absoluto e participação dos homicídios praticados nas regiões brasileiras (Período: 2010-2016).

UF	ANO						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NO	6.019 11,52%	5.642 10,81%	6.098 10,83%	6.120 10,66%	6.299 10,42%	6.965 11,79%	7.904 12,64%
NE	18.868 36,11%	19.403 37,17%	20.949 37,19%	22.134 38,57%	23.522 38,90%	23.243 39,35%	24.867 39,78%
CO	4.394 8,41%	4.854 9,30%	5.505 9,77%	5.632 9,81%	5.817 9,62%	5.601 9,48%	5.668 9,07%
SE	16.494 31,56%	16.112 30,87%	17.130 30,41%	17.442 30,39%	18.219 30,13%	16.426 27,81%	16.779 26,84%
SU	6.482 12,40%	6.185 11,85%	6.643 11,79%	6.057 10,56%	6.610 10,93%	6.833 11,57%	7.294 11,67%
TOTAL	52.527 100%	52.196 100%	56.325 100%	57.385 100%	60.467 100%	59.068 100%	62.512 100%

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

De maneira a facilitar o entendimento, são acrescentados, à tabela, elementos relacionados à contribuição desses homicídios. Dessa maneira, como ilustração, é aceitável realizar a consequente interpretação com relação a região Nordeste no ano de 2016: foram registrados 24.867 homicídios, os quais importaram precisamente em 39,78% dos eventos de homicídios ocorridos em todas as regiões brasileiras.

Como visto na Tabela 05, a maior parte da violência praticada em 2010 ocorreu no Nordeste e no Sudeste²¹. Mais de 67% dos homicídios ocorridos no Brasil foram registrados nessas duas regiões. Mais uma informação elucidada é que, a partir de 2010 até 2016, começou a se destacar a região Sudeste, a qual passou, desde então, a ter participação decrescente nos homicídios praticados no território brasileiro.

Avaliando os ambientes geográficos particularmente, temos que o Nordeste se manteve na frente com a maior quantidade de homicídios registrados no decorrer do período analisado. Igualmente, Sudeste confirmar-se como um espaço caracterizado pela violência, na medida em que o número de homicídios foi expressivo, muito embora tenha existido uma diminuição na participação dos homicídios desde 2011. Outro elemento importante com relação ao Sudeste é que, mesmo analisando os números absolutos, existiu uma diminuição desses crimes nos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

²¹ Neste momento ainda não é analisada a dimensão da população das regiões.

Por outro lado, a região Sul passou a registrar um número crescente de casos de homicídios desde 2013, segundo comprovam os dados do SIM²². Destaca-se que, em 2014 a violência no Sul se intensificou, chegando a ser mais elevada do que a verificada na região Norte do país.

Completando este exame, adiciona-se a situação da região centro-oeste. Nessa região houve um aumento significativo da violência nos anos de 2010 até 2013, o qual podem ser confirmados através dos números exibidos na Tabela 05. Os atos criminosos (homicídios) nessa região tiveram um aumento de cerca de 32,39% no período analisado.²³ Muito embora os casos de homicídios no centro-oeste tenham tido o referido aumento, a região, ainda sim, teve a menor participação, em números absolutos e em termos percentuais, em relação as demais regiões de desde o ano de 2010.

A Tabela 06 abaixo colabora com a presente pesquisa sobre a violência ao referenciar a taxa de crescimento dos homicídios cometidos nas regiões brasileiras. Nela, pode-se examinar o desenvolvimento, assim como, ter melhor perceptibilidade sobre o avanço percentual dessa variável ao decorrer dos anos estudados no trabalho.

Tabela 06: Taxa de crescimento anual dos homicídios nas regiões brasileiras (Período: 2010-2016)*

UF	ANO						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NO	-	-6,26	8,08	0,36	2,92	10,57	13,48
NE	-	2,84	7,97	5,66	6,27	-1,19	6,99
CO	-	10,47	13,41	2,31	3,28	-3,71	1,20
SE	-	-2,32	6,32	1,82	4,45	-9,84	2,15
SU	-	-4,58	7,41	-8,82	9,13	3,37	6,75
TOTAL	-	-0,12	7,91	1,88	5,37	-2,31	5,83

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

*Valores em percentual (%).

O Brasil apresentou um aumento de 19,63% entre os anos de 2010 a 2016. Notando o desenvolvimento desses crimes ano a ano, a maior ampliação ocorreu entre os anos de 2011 a 2012, ocasião em que a criminalidade somou quase 8%.

²² Como se verá na tabela seguinte, em 2016 houve um crescimento de quase 6,75% nos crimes cometidos nessa região, quando confrontado com as estatísticas de 2015.

²³ Em 2016 o Centro-oeste registrou 1,29 mais homicídios que em 2010.

Em relação as regiões, entre 2010 a 2016 a violência aumentou de maneira mais marcante no Nordeste, onde viu-se um aumento de 31,80% nos casos de homicídios. Apenas em 2012, comparando com o ano anterior, o número de homicídios nessa região cresceu 7,97%.

Além do Nordeste, a violência cresceu expressivamente na região Norte do país. No decorrer do período estudado, esse tipo de crime aumentou 31,32%. Vale ressaltar que o fato de que parte desse comportamento ocorreu em 2016, ano em que houve um acréscimo de 103,48% nos homicídios. Em termos absolutos, os episódios oficialmente apontados de homicídios na região Norte tiveram um aumento de mais de 900 casos entre os anos de 2015 a 2016.

Outro fato importante é o estado da criminalidade na região centro-oeste. Nesta, os homicídios cresceram quase 29% no decorrer de todo o período. Não é à toa que tal região tenha apresentado uma taxa de crescimento elevada desse tipo de crime em 2011 e 2012, sendo as maiores de todas as regiões nesses dois anos. De tal modo como o Centro-Oeste, a região Sul expôs um aumento nos índices de criminalidade, medidos pela apuração dos crimes qualificados como homicídio. No período estudado, os homicídios cresceram 12,53%, apesar de ter havido nos anos de 2011 e 2013 decréscimo nos registros desse tipo de crime.

De forma diferente do que foi mostrado até agora, houveram ainda ocorrências opostas as até aqui citadas. Uma em especial merece atenção, já que, ao confrontar os homicídios acontecidos em 2014 com os apontados no ano de 2015, houve uma considerável diminuição nos crimes de homicídios cometidos. É o caso Sudeste, região em que, em 2014, foram registradas 18.219 vítimas de homicídios, enquanto em 2015 esse número caiu para 16.426. Em termos percentuais, assim, houve uma diminuição de aproximadamente 9,84% de assassinatos na região Sudeste entre os anos de 2014 e 2015.

Sintetizando, ainda que não seja possível registrar todos as particularidades referentes ao conjunto de dados expostos, espera-se que os aspectos mais importantes ficaram evidenciados. Contudo, vale lembrar que este estudo sobre a criminalidade ainda não analisou outro indicador que explica a percepção de violência e insegurança vividos pelos agentes econômicos, ou seja, a taxa de homicídios por cem mil habitantes. Apresentaremos agora essa análise.

4.2.2 Ponderação da violência pela taxa de homicídios (por 100 mil habitantes)

O tamanho da população é levado em conta na taxa de homicídios, e, esta última é adquirida ao se dividir o número de homicídios anotados em uma determinada localidade pela respectiva população, multiplicada por 100.000. Assim, esse indicante admite fazer comparações entre regiões com distintas dimensões de população, anulando o crescimento populacional.

Serão aqui exibidos a seguir dados que sucedem da utilização de idêntica metodologia utilizada anteriormente, ainda que se utilize a taxa de homicídio por cem mil habitante para retratar a violência²⁴.

Antes de seguir em frente com a análise das taxas de homicídios nas regiões brasileiras, fara-se um exame comparativo entre as regiões brasileiras amparada nos elementos contidos na Tabela 07. Esta tabela mostra a contagem de empregos formais em segurança privada, os casos de homicídios e a taxa de homicídios nos anos de 2010 e 2016. O importante aqui é examinar a posição das regiões brasileiras relativas à posição do país, o que explica a importância particular em examinar a afinidade entre segurança privada e homicídios nessas regiões.

Tabela 07: Emprego em segurança privada, homicídio e taxa de homicídio (por cem mil habitantes) nas regiões brasileiras (Anos: 2010 e 2016).

Regiões	2010			2016		
	Emprego	Homicídios	Taxa de Homicídios	Emprego	Homicídios	Taxa de Homicídios
NO	54.341	6.019	37,90	43.116	7904	44,64
	6,42%	11,52%		5,62%	12,64%	
NE	134.499	18.868	35,55	146.146	24867	43,69
	15,88%	36,11%		19,05%	39,78%	
CO	55.004	4.394	31,27	68.014	5668	36,19
	6,49%	8,41%		8,86%	9,07%	
SE	486.545	16.494	20,53	382.169	16779	19,43
	57,44%	31,56%		49,80%	26,84%	
SU	116.695	6.482	23,67	127.913	7294	24,78
	13,78%	12,40%		16,67%	11,67%	
Brasil	847.084	52.527	27,40	767.358	62.512	30,33
	100%	100%		100%	100%	

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Ministérios do Trabalho e da Saúde.

²⁴ Deste momento em diante, toda vez que for feita menção à taxa de homicídios, ficará subentendido que ela faz referência à taxa por cem mil habitantes.

A despeito do número de empregos, analisa-se que mais da metade das pessoas empregadas na atividade de segurança privada trabalhava na região Sudeste, seguida pela região Nordeste também com uma significativa quantidade de contratações. Em números de percentual, cerca de 57% de toda a mão de obra tomada habitava no Sudeste. Concomitantemente, houve uma leve diminuição na participação do emprego em segurança privada nas regiões Norte e Sudeste entre esses dois anos.

De outro modo, foi no Centro-Oeste que esse nicho de negócio expôs maior desenvolvimento econômico. Nos anos de 2010 a 2016, a segurança privada ampliou 23,66%, percentual que não foi ultrapassado por nenhuma outra região. Nas regiões Norte e Sudeste houve uma considerável diminuição do nível de emprego em segurança privada, frente ao aumento do número de homicídios registrados no mesmo período, fato este que se opõe a hipótese levantada neste trabalho, a de que o dinamismo econômico determinado no mercado de segurança privada pode estar associado com o avanço da criminalidade.

Ponderando os dados referentes à violência (taxa de homicídio), nota-se os casos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste frente às outras regiões. Conforme a Tabela 07, a taxa de homicídios dessas regiões esteve superior a taxa nacional nos dois momentos analisados. Em 2010, o Norte foi a que apresentou a maior taxa de homicídios. Ainda em 2016, a região Norte continuou liderando esse ranking. Em cada grupo de cem mil pessoas, 44,64 foram assassinadas no Norte. Em contraponto, limitando-se à 2016, vemos que o Sudeste e o Sul apresentaram as mais baixas taxas de homicídios, ainda que se tenha verificado no Sul uma ampliação de quase 4,68% nas taxas de homicídios no decorrer do período.

Com exceção do Sudeste, onde se obteve uma diminuição na margem de 5,35% nas taxas de homicídios, existiu ampliação da violência em todas as regiões brasileiras. Trata-se, assim, de um acontecimento nacional. Em relação ao aumento observado nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as taxas de homicídios aumentaram entre 15% e 22% nas três regiões entre 2010 e 2016.

Torna-se razoável sintetizar a discussão em volta da Tabela 07 da seguinte maneira: i) o nível de emprego na área de segurança privada diminuiu no Brasil, embora três das cinco regiões do país tenham registrado um aumento nesse setor; ii) o ritmo de contratações no Norte, foi superior ao apurado nas demais regiões; iii) aproximadamente mais da metade do pessoal que atuou no mercado de segurança

particular achava-se no Sudeste; iv) de uma maneira geral, salvo no Sudeste, a violência no país aumentou entre os anos de 2010 a 2016, uma vez que as taxas de homicídios se elevaram expressivamente em todas as regiões brasileiras; v) afinal, a taxa de homicídios no Nordeste registrou o maior aumento, aproximando-se de quase 22,89% ao longo do período debatido.

Em seguida veremos com mais detalhes as taxas de homicídios anotadas nas regiões brasileiras. A finalidade é conseguir um entendimento maior sobre a violência examinada nessas regiões. As Tabelas 08 e 09 explicam, respectivamente, os valores e o crescimento percentual da variável taxa de homicídio. Faremos, primeiramente, um exame tendo como apoio os dados organizados na Tabela 08. Em seguida, serão explanados os elementos da Tabela 09.

Tabela 08: Taxa de homicídios (por cem mil habitantes) nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016).

UF	ANO						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NO	37,90	35,05	37,30	35,97	36,49	39,86	44,64
NE	35,55	36,27	38,87	39,67	41,86	41,09	43,69
CO	31,27	34,08	38,17	37,56	38,22	36,27	36,19
SE	20,53	19,90	21,00	20,65	21,41	19,16	19,43
SU	23,67	22,44	23,95	21,01	22,78	23,38	24,78
Brasil	27,70	27,13	29,04	28,54	29,82	28,89	30,33

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

Primeiramente, a questão do formato de entendimento da taxa de homicídio deve ser enfatizada. Veja-se o caso das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no ano de 2015. Nestas regiões a taxa de homicídios em média foi de 39,07, evidenciando que, para cada grupo de cem mil indivíduos, foram assassinadas 39,07 pessoas. Em 2016 a região Norte, foi a que exibiu a maior taxa de homicídio. Essa taxa alcançou 44,64 em 2016, valor este que equivale cerca de 50% acima da taxa nacional de homicídios. Na maioria dos anos a taxa de homicídio na região Nordeste foi superior à apurada nas demais. Segundo estatísticas do SIM, o Nordeste foi, sem dúvida, a região que apresentou os maiores indicadores de violência e criminalidade dentre as regiões do Brasil.

O crescimento da taxa de homicídios se deu também em outras regiões, especialmente quando se verifica o último ano da amostra²⁵. As maiores taxas de homicídio registradas nas regiões Norte, Nordeste e Sul ocorreram em 2016. Já nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, as mais altas ocorreram em 2014.

As regiões Sul e Sudeste merecem um olhar diferenciado. Na primeira região, entre os anos de 2010 e 2012, houve pouca variação da taxa de homicídio²⁶, mas posteriormente foram registradas taxas cada vez maiores no decorrer do tempo. Ou seja, se o marco inicial do estudo fosse em 2013, se notaria que a violência no Sul registrou um desempenho ascendente²⁷.

O Sudeste, por outro lado, ainda que sendo a única unidade a comprovar uma taxa de crescimento negativa (2010-2016), passou os anos intercalando entre taxas de homicídio positivas e negativas. Entretanto, no tocante a tendência intermitente desse indicador, o Sudeste constituiu-se na região brasileira com os mais baixos índices de violência, tendo anotado as menores taxas de homicídios apuradas nessa região entre os anos de 2010 a 2016.

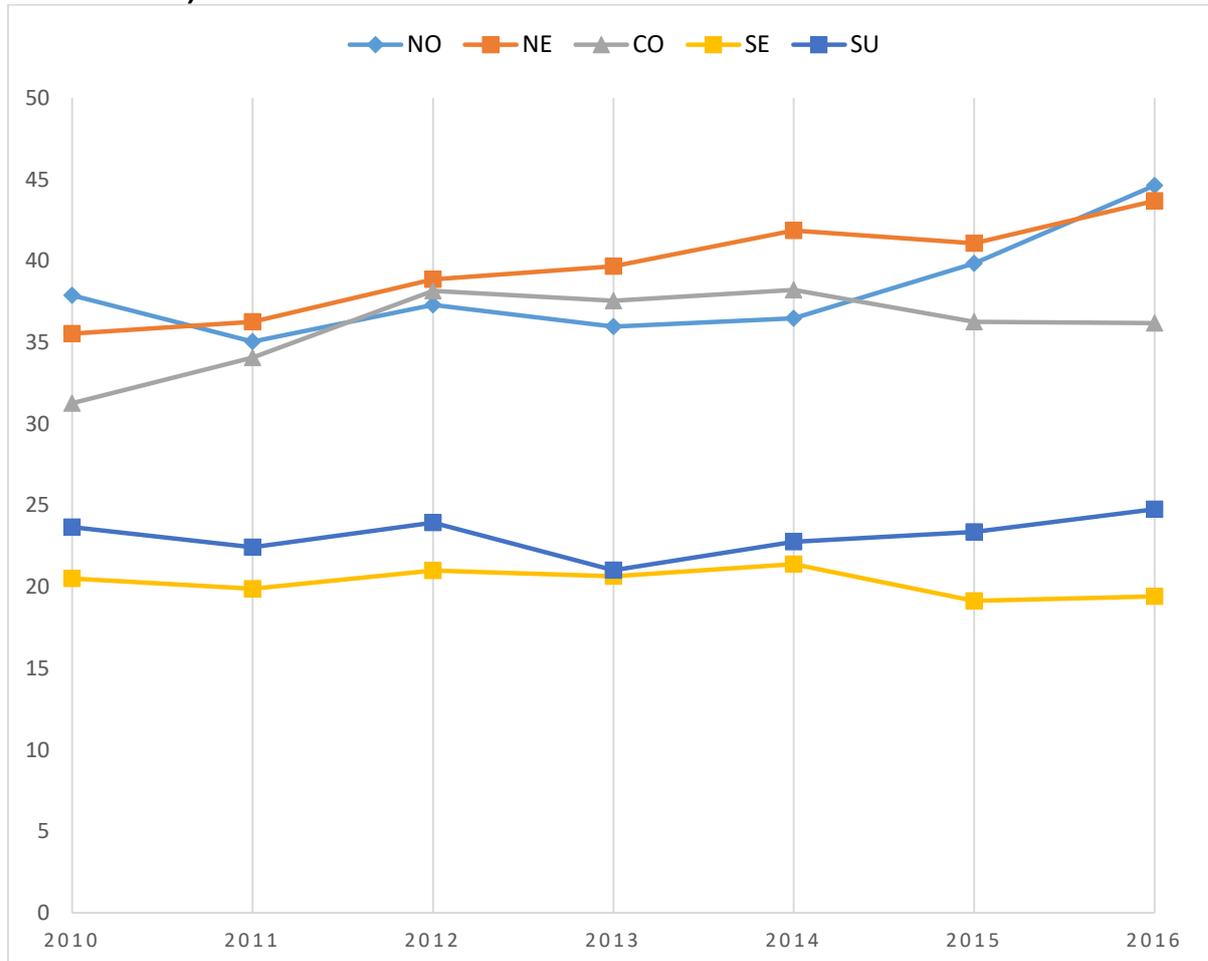
O Gráfico 01, a seguir, explica o desenvolvimento das taxas de homicídios apuradas nas regiões brasileiras, admitindo-se apurar uma apreciação comparativa em relação ao aumento da criminalidade nessas regiões.

²⁵ A taxa de homicídios na região Sudeste apresentou redução quando se compara todo o período. Contudo, desde o ano de 2015 essa taxa vem crescendo positivamente, sendo assim, não pode ser considerada uma exceção à regra.

²⁶ Sendo mais preciso, a taxa de homicídios se manteve na casa dos 23%.

²⁷ Isso pode ser examinado com a assistência da Tabela 12, exibida posteriormente.

Gráfico 01: Evolução das taxas de homicídios das Regiões Brasileiras (Período: 2010 a 2016).



Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

Pode-se dar ênfase em alguns resultados. De acordo com visto anteriormente, o Nordeste se estabeleceu como a região do país com maior violência. Pelo Gráfico 01, a violência nessa região se localiza bem acima da demais regiões, apesar de se perceber uma pequena redução da taxa de homicídios em 2016.

De igual maneira, o aumento da criminalidade ocorreu no Norte e Centro-Oeste. No decorrer de todo o período, o Norte exibiu taxas elevadas de homicídio. Existe, assim, certo equilíbrio da série referente ao progresso desse indicador na região Norte. Em contraponto, a violência na região Centro-Oeste tornou-se mais perceptível a partir de 2011. Percebe-se que, no ano seguinte, a taxa de homicídio só foi menor que a verificada na Região Nordeste. No gráfico observa-se que, de 2010 a 2012, a criminalidade no Centro-Oeste avançou representativamente, excedendo a região Norte do país.

Enfim, vale destacar o que ocorreu com o Centro-Oeste. O fato de ter exibido a menor taxa de homicídio em 2010 entre as três regiões com maior taxa, não faz com que se despreze essa região, pois, nela, obteve-se uma taxa de crescimento da taxa de homicídio de 15,72% e manteve-se entre as regiões mais violentas do país. Em 2016, a taxa de homicídios anotada foi de 36,19, valor análoga às taxas marcadas no Norte e Nordeste. Gráficamente, a curva que representa a violência no Centro-Oeste, é crescente no ano final em relação ao ano inicial da pesquisa.

As taxas de homicídios têm seu aumento percentual analisado pela Tabela 09, a qual contém dados necessários para a análise da velocidade com que a violência progrediu no Brasil.

Tabela 09: Taxa de crescimento das taxas de homicídios nas regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016) *

UF	ANO						
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
NO	-	-7,51	6,41	-3,57	1,44	9,24	11,97
NE	-	2,02	7,16	2,07	5,53	-1,84	6,32
CO	-	8,97	12,00	-1,58	1,75	-5,10	-0,22
SE	-	-3,07	5,55	-1,67	3,66	-10,50	1,43
SU	-	-5,20	6,75	-12,19	8,30	2,62	5,99
Brasil	-	-0,96	7,02	-1,71	4,47	-3,10	4,99

Fonte: Elaboração própria a partir das informações do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde.

*Valores em percentual (%).

Ao se levar em conta todo o período (2010-2016), nota-se que as taxas de homicídios cresceram em um maior ritmo no Nordeste. Nessa região, o crescimento percentual da taxa de homicídios foi de 22,89% entre os anos de 2010 a 2016. Ainda que a região Norte tenha sido a mais violenta, segundo mostrado em nossa análise prévia, a taxa de homicídios se desenvolveu mais na Região Nordeste.

Na Região Norte, cabe ressaltar que a violência também se ampliou de maneira discreta, conseguindo um percentual de 17,76% entre os anos de 2010 a 2016. Limitando nossa averiguação por ano, foi na região Norte que se observou o desempenho da taxa de homicídios tendo uma das maiores alterações percentual. Essa marcante mudança ocorreu entre os anos de 2015 a 2016, a qual foi registrado um acréscimo de quase 12%.

Concluindo, vale lembrar os casos do Sudeste e Sul. Desde 2011, a taxa de homicídios na região Sudeste vem se mantendo oscilante, alternando entre ano de

crescimento da taxa e outro ano de queda da taxa de homicídio. Diga-se, foi a única região brasileira que apresentou taxa de homicídio de 2016 foi inferior à de 2010. No caso do Sul, não obstante estar exibindo crescimento desde 2013, as taxas de homicídios também foram intermitentes, porém com um crescimento pífio de 4,67% quando ponderamos todo o período.

4.3 Análise das correlações entre emprego e homicídios nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016

É importante lembrar que toda a análise anterior se faz necessária para os objetivos desta pesquisa, pois servirá de suporte na discussão sobre os resultados estimados (correlação) adquiridos pelo emprego de modelos econométricos, os quais, analisam o tamanho e valor estatístico das correlações entre o número de emprego formal em segurança privada e os casos de crimes violentos (homicídios) nas regiões brasileiras²⁸.

Antes de exibir os resultados, os quais estão apresentados a seguir na Tabela 10, far-se-á um breve comentário sobre a correlação. O coeficiente de correlação “consiste em uma estatística descritiva de um conjunto de dados ordenados, o qual fornece uma medida, e sentido, da relação linear entre duas variáveis” (SANTOS, 2016, p. 49). No exame de correlação as duas variáveis envolvidas são avaliadas aleatórias e uma implicação expressiva, não essencialmente sugere uma afinidade de causalidade. Tal afinidade de causalidade é adquirida por proposições teóricas, formadas a priori, as quais são conseguidas antes ainda de se calcular o valor da correlação. Resumindo, a correlação, quando há, nos explica o significado e a dimensão da afinidade linear existente entre duas variantes, sem assinalar, contudo, qual delas explica a outra.

Nesse caso especial, ao se definir a ocorrência de uma correlação expressiva entre emprego e violência, se conterà somente a ciência de que as variáveis em estudo expõem uma relação linear, o que, conforme as hipóteses delineadas nesta pesquisa, almeja-se que se constitua positiva. Assim sendo, não se tem indicativo de que o número de emprego formal no mercado de segurança privada está amarrado ao aumento da violência. E nem vice-versa, ou seja, a ideia de que a criminalidade

²⁸ Vale ressaltar que se utilizarão não averiguações das correlações, as duas variáveis até aqui estudadas: homicídios e taxa de homicídios.

examinada nas regiões brasileiras seja uma função determinada pelo comportamento desse mercado. Deste ponto se iniciará a ideia de que esse mercado é ativado, isto é, determinado pela violência existente nas regiões brasileiras. A intenção, além do mais, é aferir a afinidade entre as variáveis, partindo da ideia de que a variável dependente é o emprego formal.

Finalizando, faz necessário discorrer brevemente o referencial teórico dos testes de hipóteses que irão ser utilizados, os quais serão apresentados seus resultados na tabela seguinte. Calculados os coeficientes de correlação amostral, se faz necessário definir se existe evidência bastante forte para determinar se o coeficiente de correlação populacional é representativo a um nível de significância determinado. Será utilizado nesta pesquisa um teste que possui natureza bicaudal, de maneira que na Hipótese Nula (H0) contenha a argumentação de que o parâmetro populacional (coeficiente de correlação populacional) seja igual a zero. Isto posto, a Hipótese Alternativa (HA) completa a hipótese nula ao alegar que o parâmetro populacional é diferente de zero. Caso H0 seja rejeitada alegando-se como base a evidência amostral, entende-se pela significância estatística da correlação, ou seja, que estatisticamente o coeficiente de correlação pode ser analisado diferente de zero.

No processo do teste de hipótese, emprega-se a estatística de teste padronizada t, em qual há uma distribuição de probabilidade t com n-2 graus de liberdade. A expressão da estatística de teste padronizada é produzida por:

$$t = \frac{r}{\sigma_r} = \frac{r}{\sqrt{\frac{1-r^2}{n-2}}} \quad (01)$$

Onde:

r = coeficiente de correlação amostral;

σ_r = desvio-padrão;

n = tamanho da amostra

Discutidas tais exposições, a Tabela 10 evidencia os resultados dos coeficientes de correlações medidos a partir dos dados dos Ministérios do Trabalho e

da Saúde. Em especial, esse arranjo corrobora as estimações das correlações junto com os referentes valores-p entre parênteses, o que admite avaliar se a correlação é estatisticamente significativa para um nível de significância de 5% ($\alpha = 0,05$).

Tabela 10: Correlação Emprego-Homicídio e Emprego-Taxa de Homicídio – nas regiões brasileiras (Período: 2010 – 2016).

Ano	Obs.	Emprego-Homicídio	Emprego-Taxa de homicídio
2010	5.564	0,5719* (0,0000)	0,0401* (0,0028)
2011	5.564	0,6327* (0,0000)	0,0522* (0,0001)
2012	5.564	0,6653* (0,0000)	0,0534* (0,0001)
2013	5.564	0,6409* (0,0000)	0,0465* (0,0005)
2014	5.564	0,6573* (0,0000)	0,0491* (0,0002)
2015	5.564	0,6508* (0,0000)	0,0379* (0,0047)
2016	5.564	0,6072* (0,0000)	0,0317* (0,0181)
2010 2016	38.948	0,6288* (0,0000)	0,0434* (0,0000)

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Ministérios do Trabalho e da Saúde.

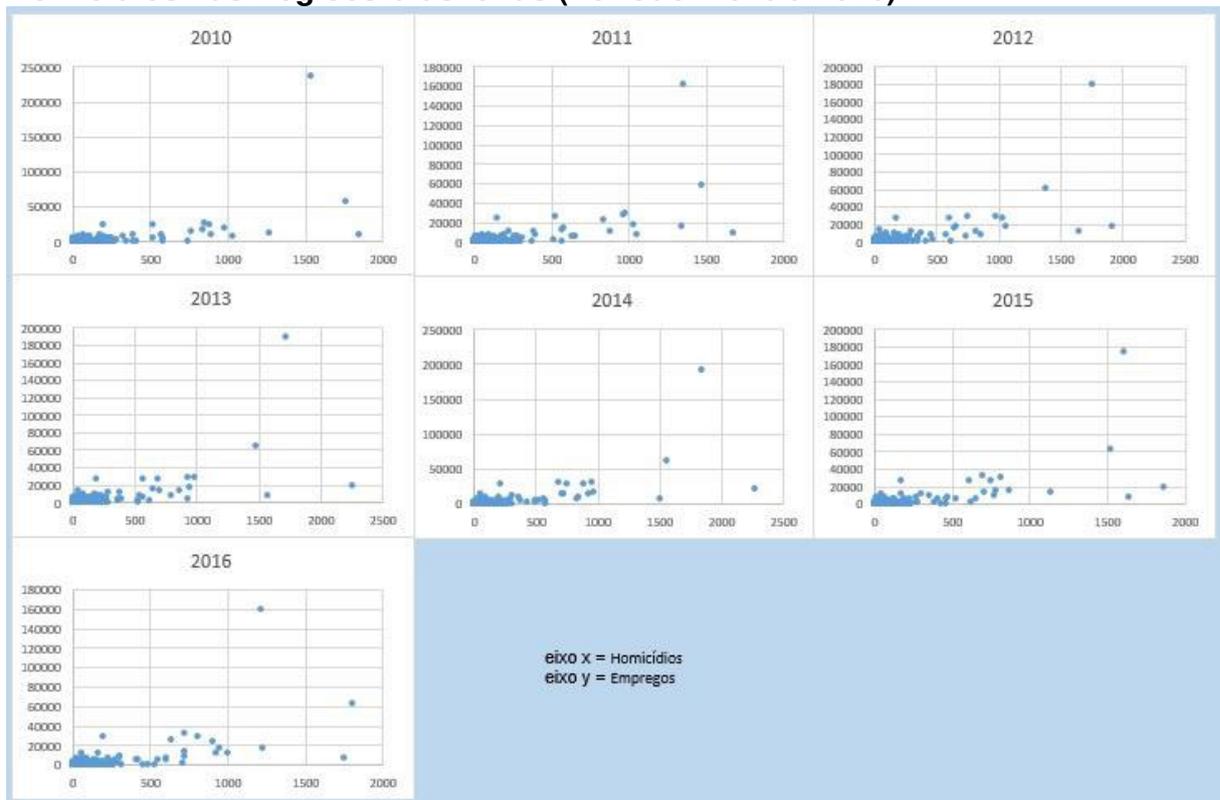
O número de observações, ou seja, o tamanho da amostra para cada ano, é evidenciado na segunda coluna da Tabela 10. Desta forma, nota-se que para a feitura das contagens foi empregada uma amostra de tamanho 5.564, que corresponde ao total de municípios do Brasil. São demonstradas na terceira coluna as correlações entre a atividade econômica de segurança privada e a quantidade de homicídios registrados no Brasil para os anos de 2010 a 2016, ao passo que a última coluna mostra os coeficientes de correlação para o número de emprego formal em segurança particular e a taxa de homicídios.

Avaliando os resultados, todas as correlações (emprego-homicídio e emprego-taxa de homicídio) foram positivas e estatisticamente significativas. Nota-se que as correlações entre emprego e homicídios expuseram amplitudes superiores às correlações emprego e taxa de homicídios, sugerindo que a afinidade linear entre o mercado de trabalho em segurança privada é mais evidente quando vinculada ao quantitativo de homicídios registrados. De outra maneira, a nível de Brasil, a

magnitude da correlação entre trabalho e homicídios pode ser analisada como moderada, enquanto a entre trabalho e taxa de homicídio fraca.

A seguir são retratados os diagramas de dispersão para os dois eventos estudados. O Gráfico 02 apresenta a afinidade entre as atividades de vigilância e monitoramento e violência, levando em conta como indicador os homicídios oficialmente escriturados nas regiões brasileiras para os anos de 2010 a 2016.

Gráfico 02: Diagrama de dispersão: Mercado de trabalho em segurança e Homicídios nas Regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016).

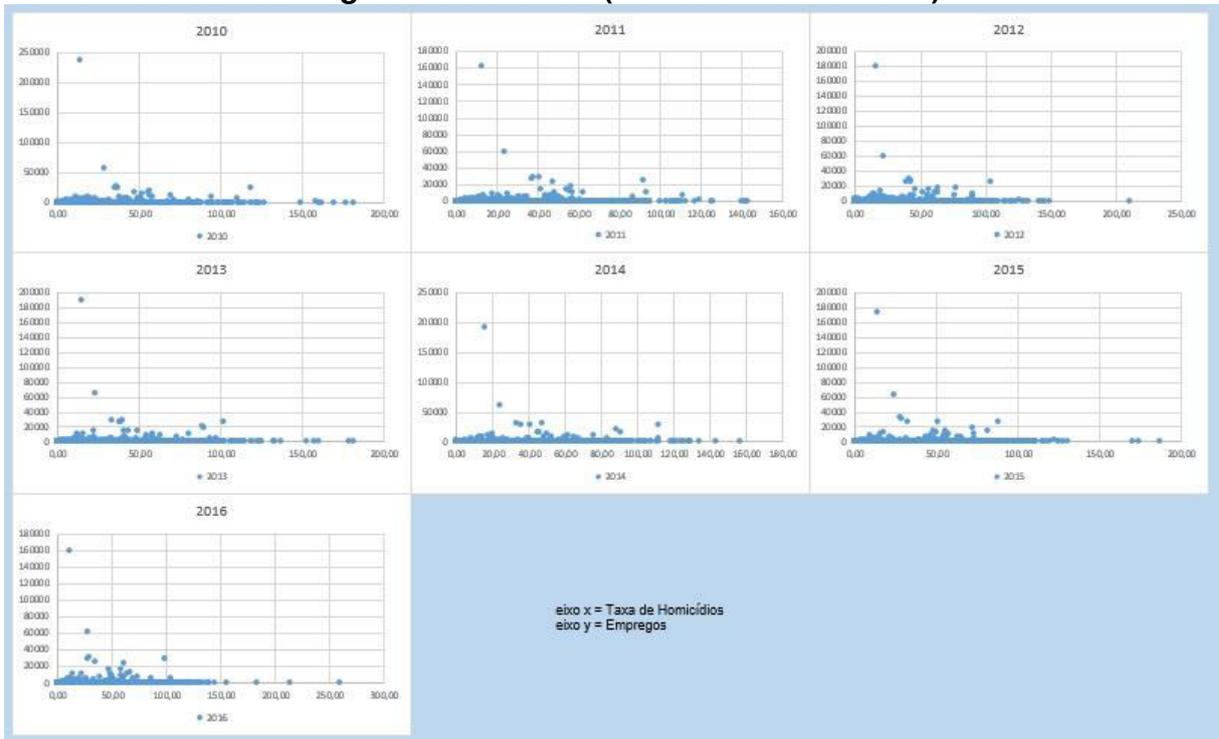


Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Ministérios do Trabalho e da Saúde.

Avaliando o Gráfico 02, compreende-se que, realmente, há uma relação positiva entre as duas variáveis. Visivelmente, essa afinidade se manteve em média no mesmo patamar até 2014 quando começou a ter uma leve diminuição, o que vem confirmar os resultados adquiridos e explicados na Tabela 10.

No Gráfico 03, análogo ao anterior, corrobora a afinidade entre esse mercado de trabalho com a taxa de homicídios no Brasil para o mesmo período (2010 a 2016).

Gráfico 03: Diagrama de dispersão: Mercado de trabalho em segurança e Taxa de Homicídios nas Regiões brasileiras (Período: 2010 a 2016).



Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Ministérios do Trabalho e da Saúde.

Analisando o diagrama de dispersão acima, a priori não existe um destaque forte que nos permita deduzir a existência de uma afinidade entre as variáveis emprego e taxa de homicídio. Em função de tal motivo que os resultados, apesar de significativos, indicaram fraca correlação.

Com a finalidade de estudar mais a fundo a presente investigação, executaram-se as estimativas dos coeficientes amostrais para cada região separadamente. A Tabela 11 contém as correlações entre emprego e homicídios e emprego e taxa de homicídios para as regiões brasileiras, levando-se em conta todas as informações amostrais, que seja, todo o período de 2010 a 2016.

Tabela 11: Correlação Homicídios-Emprego e Taxa de Homicídio-Emprego – Regiões brasileiras (Período: 2010 – 2016).

Região	Obs.	Emprego-Homicídio	Emprego-Taxa de homicídio
NO	3.147	0,8564* (0,0000)	0,1177* (0,000)
NE	12.555	0,7020* (0,0000)	0,1633* (0,0000)
CO	3.266	0,8814* (0,0000)	0,0713* (0,0000)
SE	11.676	0,7905 * (0,0000)	0,0289* (0,0018)
SU	8.328	0,8586* (0,0000)	0,1003* (0,0000)
Brasil	38.772	0,6287* (0,0000)	0,0434* (0,0000)

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Ministérios do Trabalho e da Saúde.

A interpretação da tabela anterior é simples de ser feita. Na primeira coluna está contida a região do Brasil, ao passo que a segunda registra o tamanho da amostra empregada para a confecção do cálculo. Vale a pena lembrar que se está analisando sete anos (2010 a 2016), de forma que essa coluna não aponta precisamente o número de municípios das regiões²⁹. Nas duas últimas colunas se exibem os coeficientes amostrais de correlação, com seus respectivos níveis exatos de significância (valores-p).

Em relação às correlações entre trabalho e homicídio, constata-se que todos os valores foram estatisticamente significativos para o nível de significância de 5%. O significado das correlações foi positivo, sugerindo que existe uma relação linear direta entre as variáveis estudadas. Outrossim, no que tocante à intensidade, todas as regiões obtiveram resultados com correlações fortes. Enfim, pôde-se notar que a região Norte foi a região que expôs correlação emprego-homicídio com máximo valor absoluto.

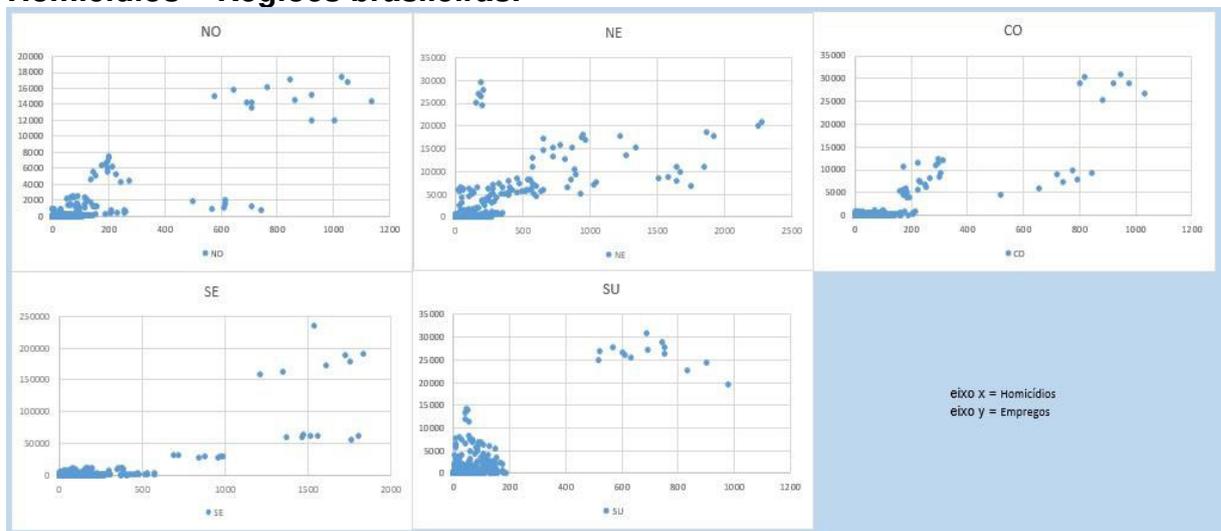
No tocante aos resultados demonstrados na última coluna da Tabela 11, notou-se que todas as correlações emprego-taxa de homicídios foram significativas. Ademais, apesar de a força da relação não ter sido muito intensa como anteriormente (emprego-homicídio), os sinais das correlações sugerem que existe uma associação linear positiva entre a quantidade de pessoas que operam na área de segurança privada e as taxas de homicídios apuradas nas regiões brasileiras. Por fim, através

²⁹ Deste modo, dividindo-se os valores dessa coluna por sete, chegou-se ao número de municípios de cada região brasileira.

dos números da tabela mencionada, nota-se que as correlações foram mais veementes nas regiões Norte e Nordeste, na medida em que as correlações adquiridas nessas duas regiões foram mais elevadas que nas demais.

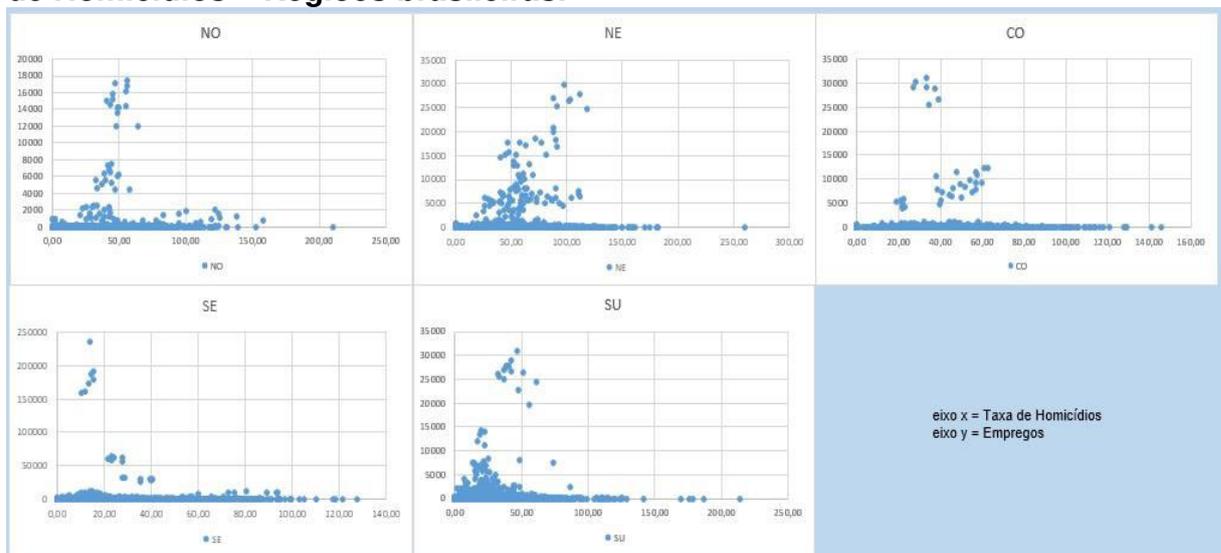
Logo abaixo irão ser exibidos os Diagrama de Dispersão entre a atividade de segurança privada nas regiões e seus relativos indicadores de violência. O Gráfico 04 apresenta a afinidade entre emprego e homicídios, enquanto o Gráfico 05 evidencia a associação entre emprego e taxa de homicídios para as regiões do Brasil.

Gráfico 04: Diagrama de dispersão: Mercado de trabalho em segurança e Homicídios – Regiões brasileiras.



Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Ministérios do Trabalho e da Saúde.

Gráfico 05: Diagrama de dispersão: Mercado de trabalho em segurança e Taxa de Homicídios – Regiões brasileiras.



Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Ministérios do Trabalho e da Saúde.

Ponderando os gráficos, entende-se que os próprios estão condizentes com as informações organizadas na Tabela 11. O fato de que os diagramas de dispersão para o emprego e taxa de homicídios não sugerirem com bastante clareza a relação existente entre essas duas variáveis chama a atenção, pois vem de encontro aos elementos contidos na Tabela 11, tal que os valores medidos das correlações não foram muito significativos.

Dando prosseguimento com o estudo das correlações, é admissível ser mais enfático e especificar as relações entre emprego e violência ao analisar as cinco regiões do Brasil em ano separadamente. A Tabela 12 demonstra os coeficientes de correlação entre emprego em segurança privada e homicídios cometidos nas regiões brasileiras.

Tabela 12: Correlação Emprego-Homicídios – Regiões brasileiras (Período: 2010 – 2016).

ANO		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Região	Obs.							
NO	449	0,8288* (0,0000)	0,8613* (0,0000)	0,8584* (0,0000)	0,8568* (0,0000)	0,8993* (0,0000)	0,8851* (0,0000)	0,8877* (0,0000)
NE	1.793	0,6837* (0,0000)	0,6904* (0,0000)	0,7238* (0,0000)	0,7288* (0,0000)	0,7325* (0,0000)	0,7056* (0,0000)	0,6391* (0,0000)
CO	466	0,8874* (0,0000)	0,8898* (0,0000)	0,8939* (0,0000)	0,8712* (0,0000)	0,8819* (0,0000)	0,8798* (0,0000)	0,8797* (0,0000)
SE	1.668	0,7285* (0,0000)	0,7795* (0,0000)	0,8394* (0,0000)	0,8183* (0,0000)	0,8223* (0,0000)	0,8342* (0,0000)	0,7401* (0,0000)
SU	1.189	0,8299* (0,0000)	0,8538* (0,0000)	0,8572* (0,0000)	0,8755* (0,0000)	0,8775* (0,0000)	0,8696* (0,0000)	0,8757* (0,0000)

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Ministérios do Trabalho e da Saúde.

Analisando-se os dados da Tabela 12, as correlações, foram todas positivas e significativas. O número de observações empregadas para se realizar os cálculos está representado na segunda coluna, e correspondem, ao número de municípios de cada região. Uma particularidade que se pode notar, é a progresso das correlações. Na maior parte das regiões identifica-se que os valores das correlações cresceram no decorrer do tempo, o que faz entender que a afinidade entre o mercado de trabalho em segurança privada e a criminalidade se intensificou no período.

Em contraponto, na medida em que se atenta aos detalhes das correlações entre atividade de segurança privada e taxas de homicídios, uma extrema mudança nos resultados foi constatada. A Tabela 13 apresenta as correlações entre essas variáveis nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016.

Tabela 13: Correlação Emprego-Taxa de Homicídio – Regiões brasileiras (Período: 2010 – 2016).

ANO		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Região	Obs.							
NO	449	0,1277* (0,0068)	0,1231* (0,0090)	0,1095* (0,0203)	0,1115* (0,0180)	0,1103* (0,0193)	0,1336* (0,0045)	0,1279* (0,0066)
NE	1.793	0,2000* (0,0000)	0,1773* (0,0000)	0,1877* (0,0000)	0,1800* (0,0000)	0,1761* (0,0000)	0,1407* (0,0000)	0,1132* (0,0000)
CO	466	0,0763 (0,1000)	0,0918* (0,0477)	0,0917* (0,0478)	0,0737 (0,1116)	0,0829 (0,0735)	0,0561 (0,2264)	0,0349 (0,4523)
SE	1.668	0,0284 (0,2470)	0,0333 (0,1745)	0,0626* (0,0106)	0,0334 (0,1727)	0,0331 (0,1763)	0,0222 (0,3639)	0,0166 (0,4987)
SU	1.189	0,1084* (0,0002)	0,1029* (0,0004)	0,0998* (0,0006)	0,0848* (0,0034)	0,1212* (0,0000)	0,0895* (0,0020)	0,1053* (0,0003)

Fonte: Elaboração própria a partir das informações dos Ministérios do Trabalho e da Saúde.

Nas células que estão destacadas em amarelo, encontram-se as correlações as quais os valores não foram significativos para o nível de significância de 5%. Ainda que a maior parte dos resultados estimados tenha sido estatisticamente diferente de zero, nota-se que em determinados casos não se pôde rejeitar a hipótese nula de que a correlação é igual a zero.

Observa-se que não foi verificada nenhuma relação linear entre o mercado de segurança privada e a taxa de homicídios na região Sudeste, com exceção do ano de 2012, em que foi constatada relação linear entre emprego e taxa de homicídios. Da mesma maneira, os resultados confirmados para o Centro-Oeste não se mostraram significativos para todo o período, exceto os anos de 2011 e 2012, anos em que por pouco não tiveram sua relação linear constatada, uma vez que o valor-p das correlações ficou muito próximo de não serem significativos para o nível de significância de 5%.

De outra forma, destaca-se que todos esses casos ocorridos nas regiões SE e CO, confirmam a inexistência de afinidade entre o movimento do mercado de trabalho em segurança e o aumento da violência presenciada nas regiões brasileiras, o que contradiz nossa hipótese de que a criminalidade e a violência constituem-se em fatores determinantes do desempenho desse mercado.

Depois do exame da correlação, dirige-se à conclusão de que a atividade de segurança privada nas regiões brasileiras expõe uma afinidade mais forte quando se analisa a quantidade de homicídios registrados como identificador da violência. Considerando-se os homicídios, em vez das taxas de homicídios, a intensidade das

correlações foi maior e as implicações para todas as regiões brasileiras evidenciaram-se significativas.

Esta situação talvez possa estar relacionada ao fato de que as pessoas, quando tomam suas decisões de investimento em segurança, dão maior valor aos casos de homicídios ao invés da taxa de homicídios, mesmo este último sendo o mais apropriado para se estimar a violência e criminalidade em uma determinada localidade.

No fim deste capítulo determinadas características importantes, conexas com a pesquisa da correlação entre as atividades de segurança privada e violência nas regiões brasileiras, tornaram-se nítidos. Primeiramente, em uma análise genérica, nota-se que nas regiões do Brasil há uma relação linear entre emprego formal de segurança privada e violência, especialmente quando esta última é quantificada pelo número de homicídios. Explicando-se de outra forma, o aumento verificado nas atividades de segurança e monitoramento mantém um vínculo com o aumento dos crimes cometidos. Em segundo, na medida em que as atenções se viram para as regiões na sua individualidade, nota-se que, em na totalidade das regiões, existe uma associação linear muito forte entre as duas variáveis (emprego e homicídio).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco do presente trabalho foi dar evidência sobre um tema que, embora relevante, ainda é escasso na literatura. Buscou-se analisar a relação entre do mercado de trabalho em segurança privada frente ao aumento da violência e da criminalidade, principalmente aquela desenvolvida nas regiões brasileiras durante o período de 2010 a 2016.

Frente de uma situação social reprimida pelo temor e pela percepção de insegurança, causados em maior número parte pela grande ampliação da violência, confirmada pelo desempenho dos dados que demonstram a criminalidade, a busca por diferentes maneiras de proteção torna-se cada vez maior, na medida em que os serviços públicos de segurança oferecidos pelos Entes Públicos não obtêm êxito em suprir as perspectivas dos agentes econômicos.

Ao longo da pesquisa foram vistos alguns dados que explicam a dimensão da violência, que, por sua vez, têm a capacidade de afetar o comportamento econômico e social. Quando analisados pelo número de homicídios, que se fundamenta em um indicador confiável para resultados de comparações entre as diversas regiões do país em função da menor subnotificação, conclui-se que a violência progrediu de forma marcante no Brasil, pois a criminalidade excedeu a verificada em todos os anos anteriores. Em específico, a região Nordeste foi a região que obteve maiores registro de casos oficiais de violência.

Nesse contexto, admite-se que as consequências dessas ações criminosas afetam todo o espaço econômico, pois geram efeitos diretos na vida das pessoas, infligindo limitações de ordem econômica e social, trazendo, até mesmo, uma generalizada percepção de medo e insegurança.

Determinados pesquisadores evidenciam em suas obras os elevados preços infligidos à sociedade, os quais não se limitam aos crimes que causam prejuízos patrimoniais e de propriedades, e as despesas públicas e privadas na precaução e combate à criminalidade, como ainda aos pertinentes à diminuição da quantidade de mão-de-obra, a redução da qualidade de vida e do turismo, o prejuízo na atração de novos investimentos e a saída forçada dos existentes. Por esse ângulo, não é possível negar que a violência, a incerteza e a criminalidade afetam os resultados socioeconômicos, tornando-se visível na perda de mão-de-obra (especialmente os mais jovens) e no aumento dos gastos públicos com segurança, justiça, saúde, etc.

Junto a este panorama, verificou-se, ao longo do período estimado, um aumento das atividades pertinentes à segurança particular. A performance desse mercado, analisado pela contagem de empregos formais, foi significativo em todo o país. O Centro-oeste, do mesmo modo, experimentou desses resultados, ficando tal setor produtivo tomado por um aumento superior ao constatado nas demais regiões deste país, chegando a uma taxa de crescimento de 23,66% entre o ano inicial e final da pesquisa.

O aumento da atividade criminosa (e a percepção de insegurança) proporciona efeitos na criação e na ampliação de um novo nicho de negócios, ao mobilizar o mercado de trabalho ligado ao campo de segurança privada. Dessa forma, o objetivo principal desta pesquisa foi ponderar a dinâmica do mercado de segurança privada nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016.

Além do mais, foi alvo desta pesquisa verificar a existência de correlação entre o mercado de trabalho em segurança privada e a criminalidade analisada nas regiões brasileiras.

O exame do desenvolvimento do nível de emprego desse ramo de atividade econômica e a ponderação dos registros de criminalidade (homicídios e taxa de homicídios) nas regiões brasileiras entre os anos de 2010 a 2016 apresentaram como fim verificar a existência de correlação entre essas duas variáveis. Concluída a mencionada verificação, observou-se que ficou evidenciado que a atividade de segurança privada nas regiões brasileiras exibiu uma relação mais forte quando foi considerada a variável homicídios. Tomando por base esse indicador (homicídios), as intensidades das correlações foram mais elevadas (com efeitos expressivos para todas as regiões brasileiras) que as adquiridas para as correlações entre esse mercado e as taxas de homicídios³⁰.

A nível de Brasil houve uma relação linear entre emprego formal no setor segurança privada e violência, especificamente quando esta última foi estimada pelo registro de homicídios, de forma que o aumento constatado no ramo de segurança e monitoramento teve uma ligação com a ampliação dos crimes ocorridos. Da mesma

³⁰ Tal atitude pode estar relacionada, como mencionado no decorrer da pesquisa, ao fato de que os cidadãos, ao decidirem seus atos de investimento em segurança, conferem mais valor aos episódios de homicídios, ao invés da taxa de homicídios, ainda que esta última seja a mais apropriada para se estimar a violência e criminalidade em uma determinada região.

forma, ao analisar particularmente as regiões desta federação, em todas foi observada uma associação linear muito forte entre essas duas variáveis (emprego e homicídio).

Assim, chegou-se à conclusão de que o próprio conceito do coeficiente de correlação não evidencia uma relação de causalidade entre as variáveis estudadas, ou seja, não comprova que uma variável interfere no resultado da outra. Somente mostra se há uma relação linear entre as variáveis, que pode ser forte ou não dependendo do valor assumido pelo coeficiente de correlação. Por isso, muito embora tenha-se comprovado que existe correlação forte entre as duas variáveis (emprego formal e número de homicídios) e que essas correlações calculadas foram positivamente significativas (para um nível de significância de 5%), não podemos concluir que essas variáveis possuem uma relação de causalidade. De fato, pelo próprio conceito do coeficiente de correlação, não podemos ultrapassar essa conclusão, que seja, determinar se há uma relação linear entre duas variáveis.

Por fim, como sugestões para pesquisas posteriores, pode-se empregar o modelo de regressão como opção a fim de comparar os resultados adquiridos nesta pesquisa, visto que esta quantifica a relação detectada no coeficiente de correlação. Este modelo traria benefícios ao estudo. Dentre deles o de restringir as unidades consideradas (municípios), pois, como ficou comprovado ao longo da análise descritiva deste trabalho, uma taxa significativa dessas unidades exibiu valores igual a zero para as variáveis emprego formal e homicídios. Essa restrição faria com que os modelos se tornassem mais adaptados ao conjunto de elementos disponíveis, aumentando, assim, seu poder explicativo.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. M. **A história da segurança privada**. Intersept. Disponível em <<https://www.intersept.com.br/historia-da-seguranca-privada/>>. Acesso em 08 de out de 2018.

BAYLEY, D. **O desenvolvimento da polícia moderna: padrões de policiamento**. São Paulo: Editora USP, 2001.

BECKER, G. S. **Crime and Punishment: An Economic Approach**. Journal of Political Economy, v.76, n.2, p.169-217, 1968.

BRASIL. Decreto 1.592, de 10 de agosto de 1995. Altera Dispositivos do Decreto 89.056, de 24 de novembro de 1983, que Regulamenta a Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, que dispõe Sobre Segurança para Estabelecimentos Financeiros, estabelece Normas para Constituição e Funcionamento das Empresas Particulares que Exploram Serviços de Vigilância e de Transporte. Diário Oficial da União, 11 ago. 1995.

BRASIL. Lei 7.102 de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transporte de valores, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 21 jun. 1983.

BRASIL. Ministério da Saúde. Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Disponível em: <<http://sim.saude.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 25 Setembro 2018.

CAMPOS, M. da S.. Escolha Racional e Criminalidade: uma avaliação crítica do modelo. **Revista SJRJ**, Rio de Janeiro, n. 22, 2008, p. 93-110.

CERQUEIRA, D. e LOBÃO, W. D. **Criminalidade: Social Versus Polícia**. Texto para discussão Nº 958, IPEA, jun. 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2890>>. Acesso em: 02 Junho 2018.

_____. LOBÃO, W. Determinantes da criminalidade: arcabouços teóricos e resultados empíricos. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=2&script=sci_arttext&pid=S0011-52582004000200002&lng=en&tlng=en>. Acesso em: 05 Maio 2018.

CERQUEIRA, D. R. de C. **Causas e Consequências do crime no Brasil**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Departamento de Economia, 2010. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/1922/2/Concurso0212_33_premiobndes_Doutorado_P.pdf>. Acesso em: 15 Abril 2018.

CERQUEIRA, Daniel R. de Castro; MELLO, João M. Pinho. **Menos armas, menos crimes**. Texto para Discussão Nº 1.721 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012.

CERQUEIRA, D. et al. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro: Ipea e FBSP1, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 15 Janeiro 2019.

CLEMENTE, Ademir; WELTERS, Angela. Reflexões sobre o Modelo Original da Economia do Crime. **Revista de Economia**, v. 33, n.2, p.139-157, 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/economia/article/download/9967/6843>>. Acesso em: 22 Abril 2017.

CRESPO, A. A; **Estatística Fácil**. 19ª ed. Saraiva. São Paulo. 2017.

FAJNZYLBBER, P.; Araújo Júnior, A. **Violência e Criminalidade**. (Texto de Discussão do CEDEPLAR/UFMG, n. 167), 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Pablo_Fajnzylber/publication/4805609_Violencia_e_criminalidade_Violence_and_criminality/links/02e7e533ee3512f970000000/Violencia-e-criminalidade-Violence-and-criminality.pdf>. Acesso em: 14 Abril 2018.

_____. **O Que Causa a Criminalidade Violenta no Brasil?: Uma Análise a Partir do Modelo Econômico do Crime: 1981 A 1996**. Texto para Discussão, n.162, Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 2001b. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Pablo_Fajnzylber/publication/4927511_O_que_causa_a_criminalidade_violenta_no_Brasil_Uma_analise_a_partir_do_modelo_economico_do_crime_1981_a_1996/links/02e7e533ee34e070ab000000.pdf>. Acesso em: 20 Abril 2018.

FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018. São Paulo, Ministério da Justiça, Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2018. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf>>. Acesso em: 09 Abril 2018.

FENAVIST. Federação Nacional de Empresas de Segurança. **Estudo do setor da segurança privada - ESSEG 2004**. São Paulo: Segmento, 2004.

GOMES, S. O; LEMOS, M. T. A. **Insegurança Pública e Privada – Basta de Hipocrisia**. São Paulo – Editora Landmark – 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 11 Junho 2018.

LARSON, R; FARBER, B. **Estatística Aplicada**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

LIMA, L. C. de; OLIVEIRA, V. C. de. **Criminalidade e Indicadores Socioeconômicos em uma Abordagem Contextual**. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/1757/1717>>. Acesso em: 24 Setembro 2018.

MANDARINI, Marcos. **Segurança Corporativa Estratégica**. Rio de Janeiro. Manole. 2005.

MARCINEIRO, Nazareno. **Introdução ao estudo da segurança pública**. Palhoça/SC: UNISUL, 2005.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Características do emprego formal – RAIS 2014**. Disponível em: <<http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-RAIS-2014-divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 17 Abril 2018.

MORETI, Cláudio dos Santos. **Histórico da segurança privada**. Disponível em: <<http://niziodobem.blogspot.com.br/2013/04/conheca-um-pouco-da-historia-da.html>>. Acesso em: 06 Junho 2018.

NUNES, C. M. **Vigilância patrimonial privada: comentários à legislação**. São Paulo, 1996.

SABATOVSKI, Emílio. **Constituição Federal**. Editora: Jurua Editora, 2018.

SANTOS, M. **Dinâmica temporal da criminalidade: mais evidências sobre o "efeito inércia" nas taxas de crimes letais nos estados brasileiros**. *Revistas Economia*, v.10, n.1, p.169-194, 2009. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol10/vol10n1p169_194.pdf>. Acesso em: 25 Janeiro 2019.

SANTOS, Marcelo Justus; KASSOUF, Ana Lúcia. **Estudos econômicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias**. *Revista da ANPEC*, v.9, n.2, p.343–372, 2008. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol9/vol9n2p343_372.pdf>. Acesso em: 07 Fevereiro 2019.

_____. **Avaliação de Impacto do Estatuto do Desarmamento na Criminalidade: Uma abordagem de séries temporais aplicada à cidade de São Paulo**. *Economic Analysis of Law Review*. V. 3. nº 2. p. 307-322. Jul-Dez. 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-14082012-095859/publico/Marcelo_Justus_dos_Santos.pdf>. Acesso em: 20 Janeiro 2019.

SANTOS, A. V. **Evolução, perfil e sensibilidade do mercado de trabalho em segurança privada no NE no período de 2007 a 2012**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós Graduação em Economia, CAEN. Fortaleza, p. 185. 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/19362/1/2016_tese_avsantos.pdf>. Acesso em: 08 Abril 2018.

SANTOS, M. J. D. **Uma abordagem econômica das causas da criminalidade: evidências para a cidade de São Paulo**. 2012. Tese (Doutorado), Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, p. 95. 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-14082012-095859/publico/Marcelo_Justus_dos_Santos.pdf>. Acesso em: 15 Setembro 2018.

SOUZA, G. G. **Texto de Vigilância Privada para Estudo da Delesp – S.P.** 2003.

VIAPIANA, L. T. **Economia do crime:** uma explicação para a formação do criminoso. Porto Alegre: Editora AGE Ltda, 2006. 175 p.

VILAR, Flávio Sérgio de Oliveira. **O Mercado da segurança privada:** a construção de uma abordagem a partir da Sociologia Econômica. Dissertação UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS: Goiás, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1627>>. Acesso em: 13 Outubro 2019.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2016:** Mortes matadas por armas de fogo. [S.l.]: [s.n.], 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 1 Dezembro 2018.

_____. **Mapa da violência 2013:** Mortes matadas por armas de fogo. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/mapa2013_armas.php.

WERKEMA, Maria Cristina Catarino; AGUIAR, Silvio. **Análise de regressão: como entender o relacionamento entre variáveis de um processo.** UFMG, Escola de Engenharia, Fundação Christiano Ottoni, 1996.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. **Introdução à Econometria:** uma abordagem moderna. São Paulo, Cengage Learning, 2013.

ZANETIC, A. **A relação entre as polícias e a segurança privada nas práticas de prevenção e controle do crime:** Impactos na segurança pública e transformações contemporâneas no policiamento. São Paulo: tese de doutorado, 2010. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23112010-101555/publico/2010_AndreZanetic.pdf>. Acesso em: 23 Março 2018.

_____. **Policamento e Segurança Privada:** duas notas conceituais. Estudos de sociologia. Araraquara, v.17, n. 33, p. 471-490, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/5425/4334>>. Acesso em: 07 Janeiro 2019.